

## **DIREITOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS: NOTAS SOBRE O DIREITO A CONSULTA, PARTICIPAÇÃO E CONSENTIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS**

**Indian Law and Human rights: Notes about the right of consultation, participation and consent of the indian people.**

**Luciano Moura Maciel\***

**Resumo:** Este artigo objetiva refletir sobre o direito a consulta, participação e consentimento dos povos indígenas, tendo como plano teórico a análise dos direitos indígenas e direitos humanos, suas conformações, conflitos e tensões. O artigo propõe uma intersecção necessária entre direito e antropologia, para que os direitos humanos sejam construídos a partir da análise dos fatores reais que impedem a consecução dos mesmos desconstruindo sua abordagem abstrata e universal. Discute o direito de consulta, consentimento e participação dos povos e comunidades tradicionais em relação aos empreendimentos em suas áreas que afetem direta ou indiretamente seus modos de vida. Apresenta os Protocolos Comunitários como forma de pluralismo jurídico de resistência diante de um Estado violador dos direitos humanos de consulta, participação e consentimento.

Palavras-Chave: consulta; direitos humanos; povos indígenas; protocolos comunitários;

Abstract: This article aims to reflect on the right to consultation, participation and consent of indigenous peoples in the context of the munduruku resistance of indigenous populations, with the theoretical analysis of indigenous rights and human rights, their conformations, conflicts and tensions. For the decolonization of human rights liberal tradition with its modern standards, the article proposes a necessary intersection between law and anthropology, so that human rights are constructed from the analysis of the real factors that prevent the achievement of rights deconstruct their abstract and universal approach. It discusses the right of consultation, consent and participation of traditional peoples and communities in relation to enterprises in their areas that directly or indirectly affect their lifestyles. It presents the protocols of the community as a form of resistance to State omissions in the right to consultation, participation and consent.

Keywords: consultation; human rights; indigenous peoples; community protocols;

---

1 Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Amazonas, Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará. Advogado. Emai: advlucianomoura@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A abordagem proposta sobre a relação entre direitos humanos e direitos indígenas busca não ser abstrata e universal acerca do direito a consulta prévia, participação e consentimento dos povos indígenas previsto na Convenção n.º 169 da OIT e a Declaração dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas de 2007. Para esta finalidade, o artigo trata do contexto específico da formulação de Protocolos Comunitários como forma de resistência jurídica a um Estado historicamente violador aos direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais

Inicialmente, faz-se necessário trazer a lume uma discussão terminológica sobre direitos humanos e direitos indígenas para a noção de um termo intercultural que possa possibilitar a coexistência e o diálogo entre os ramos do direito supramencionados. O Direito Indigenista é o direito elaborado pelo Estado (Colaço, 2015, p.80; Sierra, 2011) cujo objeto é regular as relações sociais indígenas. O direito indígena não está codificado, não se pode falar em um só direito, haja vista o conjunto e a diversidade de grupos étnicos. (COLAÇO, 2015). O direito indígena é direito consuetudinário, ou seja, um conjunto de costumes e práticas culturais realizados pelos povos indígenas, sendo o trabalho do antropológico imprescindível para a demonstração da diversidade cultural e dos múltiplos direitos indígenas coexistentes no Brasil, cujo diálogo do direito com a antropologia contribui com a desconstrução de certezas e dogmas estabelecidos pelo direito diante de suas características de universalismo e abstração. (BELTRÃO, p. 157, 2008; MARÉS, 2010).

A partir da conceituação de direito indígena, o artigo problematiza se os fundamentos universais de direitos humanos, bem como as normas de direitos humanos em relação aos povos indígenas possuem harmonia com a diversidade do direito indígena ou se constituem um recorte panorâmico daquilo que as agências internacionais entendem sobre o direito dos povos indígenas.

Há uma compreensão deste artigo de que os Direitos Humanos “dos brancos” ou “indigenistas” seriam as normas de proteção dos povos indígenas elaboradas por acordos entre Estados, ainda que haja participação de lideranças indígenas, mas não constituem regras consuetudinárias internas de um povo indígena ou regras internacionais de direitos humanos feitos por parlamento, encontro ou comissão de

indígenas, sem a presença de Estados nacionais, pois a própria figura do Estado constitui um elemento do direito moderno. O estudo diante das reflexões de Sierra (2011, p. 364) reconhece que os sistemas de direito indígena e estatal não são sistemas independentes e separados, mas que possuem interrelação entre si, principalmente pela exigência da incorporação das normas dos direitos humanos aos povos indígenas e da pressão pela conversão de suas normas orais em escritas (GÓMEZ VALENCIA, 2011).

Na primeira parte, o artigo trata das interlocuções necessárias entre direito e antropologia para o reconhecimento e implementação dos direitos da diversidade social e cultural no contexto brasileiro pluriétnico.

No segundo tópico, o artigo propõe a estudar a interlocução entre os Direitos Humanos e Direitos indígenas não é simples ou natural, por serem sistemas normativos distintos, possivelmente conciliáveis pelos processos de interlegalidade e interculturalidade, discussão que propomos no primeiro tópico do artigo.

Em um terceiro momento, o artigo estuda o direito à consulta, participação e consentimento no contexto de formulação dos Protocolos Comunitários.

## **1. Direito e Antropologia: Intersecções necessárias o direito ao consentimento e consultas prévias diante das dificuldades históricas de implementação deste direito**

A Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho supera e representa uma ruptura com a Convenção n.º 107 da OIT, de caráter assimilacionista e integracionista, cujo objetivo era integrar e normatizar os povos indígenas nas relações de trabalho.

A Convenção n.º 169 da OIT, possui diversos direitos, destacamos o direito à consulta prévia aos povos indígenas e tribais sobre quaisquer empreendimentos em seus territórios ou que lhe afetem direta ou indiretamente, direito estes muitas vezes visto pelos agentes públicos formados pelas faculdades de direito em seu viés positivista e acrítico como mera formalidade aos povos e que o Estado por representar cidadãos com direitos iguais, saberia as melhores soluções para todos não necessitando de uma consulta efetivamente democrática e participativa (DUPRAT, 2015, p. 54).

Outro direito fundamental previsto na Convenção n.º 169 é o direito a autodeclaração e autoreconhecimento do sujeito sobre si próprio, este direito é o

reconhecimento da autoconsciência cultural do sujeito que se expressa indígena ou pertencentes aos povos tribais, o reconhecimento dos “povos tribais” ampliou o rol de grupos sociais a serem reconhecidos, pois como no Brasil não há “povos tribais”, o interprete considerando o princípio do reconhecimento amplo dos direitos fundamentais deve reconhecer outros grupos sociais no Brasil como se tribais fosse, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu, dos seringueiros, dos quilombolas, dos geraizeiros, dos ciganos, entre outros grupos.

A Declaração reconhece a igual dignidade de todos os povos e o direito dos povos indígenas a definir livremente sua condição política e seu modelo de desenvolvimento, assim como a participar da tomada de decisões com o Estado, se assim desejarem. o desafio atual é a implementação do marco de direitos existente e o desenvolvimento de políticas públicas, coordenadas, sistemáticas e participativas, baseadas em tais direitos, que permitam aos povos retomar as rédeas do seu destino e participar com os outros povos na construção de estados democráticos e pluralistas.

O ponto que retomamos é sobre o direito a consulta dos povos indígenas e tribais. Especialmente, a previsão na referida Convenção sobre o direito a consulta dos povos indígenas em relação às atividades em suas áreas, embora seja um avanço, não há na norma mecanismos para fazer cumprir tais direitos, o que de certo modo faz com que os mesmos sigam os padrões jurídicos de universalismo e abstração, esperando que a positivação comova o cenário internacional e as estruturas burocráticas e governamentais internas dos países para garantir a efetivação. Como se a positivação por si de um tratado fosse capaz de efetivar toda uma variedade de procedimentos internos comunitários de diversos povos indígenas e diferentes etnias nos diferentes países signatários. Observamos dificuldades de cunho histórico para a efetivação da Convenção n.º 169 da OIT, no que se refere ao direito de consentimento e consultas prévias, apesar da determinação normativa possuir harmonia com a necessidade do diálogo intercultural, no imaginário dos administradores públicos ainda há o resquício colonial de superioridade. (DUPRAT, 2015, p. 98).

O problema da consulta e consentimento dos povos indígenas é histórico desde da colonização, invasão e expropriação do Europeu nas terras da América Latina. É provável que se estes povos pudessem imaginar as conseqüências do processo de

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

colonização e se fossem consultados sobre a invasão as suas terras, a resposta seria negativa (MARÉS, 2010, p.18).

Os Estados Nacionais latino-americanos colonizados pelos princípios da revolução racionalista-iluminista cuja matriz institucionalizadora fora a criação do Estado Moderno, com fundamento na soberania, possibilitando a criação de leis emanadas do Estado, enquanto ente centralizador de produção de normas jurídicas produziu a integração dos povos indígenas latino-americanos à escravidão, servidão e mais atualmente ao trabalho assalariado, cristianizando seus costumes e fazendo os povos submeterem-se as regras do direito monista de raiz estatal (BONAVIDES, 2010; MARÉS).

Diante do contexto narrado o direito deve afastar-se de qualquer pretensão de auto-suficiência e dialogar com a antropologia produzindo intersecções entre as duas disciplinas, com intuito pluralizar e diversificar as normas sobre direito de consulta e consentimento prévio dos povos indígenas.

A interlocução construtiva entre direito e antropologia se faz necessária para que diminua a denominada por Lima (2012, p.37) de “distorção cognitiva” entre o direito e a antropologia, o primeiro com tradição escolástica em que a figura de uma autoridade terceira ao conflito se faz imprescindível na lógica do contraditório resolvido pelo “argumento da autoridade”. Neste caso, conclui o autor que a empiria para o direito é irrelevante, pois os conflitos fazem parte de uma disputa decidida pelo convencimento motivado de uma autoridade exógena ao conflito, acima dos contendores. Diferentemente, infere Lima (2012), que a produção do conhecimento na antropologia é construído pelo diálogo entre os atores que interagem no campo estudado, constituindo os povos indígenas e os grupos coautores do conhecimento científico.

A necessidade de compreender a diversidade para a implementação de direitos humanos para além de sua vertente liberal e homogeneizadora não deve ser tarefa exclusiva dos antropólogos, mas também daqueles que trabalham com o direito retomando ao pluralismo jurídico como um princípio fundamental do direito. Apesar dos antropólogos terem sido preparados e atuantes neste cenário de compreensão da diversidade Beltrão (2013) observa criticamente que o treinamento recebido pelos antropólogos demarca-se em explicar o “outro” e não trabalhar com o “outro” em conjunto. (BELTRÃO, 2013).

Assim, as reflexões sobre a consulta prévia devem ser feitas em simetria com modos de organização social e de vivência dos povos indígenas e não simplesmente impor aos povos uma consulta abstrata com fundamento na OIT n.º 169, sem saber se o *modus operandi* da consulta do “homem branco” se coaduna com as práticas culturais, os costumes e as tradições dos povos indígenas, ou seja, com cada povo indígena em que a consulta for formulada, assim como, deve ser partilhada em conjunto a ética entre antropólogo e indígena como ressaltou o artigo de Jane Beltrão.<sup>2</sup>

Esta postura intercultural deve permear também a relação entre jurista, advogado, juízes, promotores e procuradores com os povos indígenas, não se coaduna com o direito à diversidade étnica e cultural tratar os povos indígenas de modo homogêneo com a aplicação de normas preexistentes de maneira abstrata, sem a construção da relação com os povos indígenas. Neste sentido, dispõe Beltrão (2013, p. 92) quando expõe o conceito de interculturalidade<sup>3</sup>:

Interculturalidade é entendida como complementação entre saberes (embora contemple divergências e pluralidade de paradigmas), forma de reorientação solidária da relação entre conhecimentos distintos procurando adotar práticas que promovam novas formas de convivência ativa e interativa de saberes – no caso, o tradicional e o científico – que podem garantir diálogo simétrico. Valorizam-se ambos os conhecimentos como possibilidade de reflexão. Afinal, estudiosos indígenas e não-indígenas estão a trabalhar em conjunto, produzindo mudanças no campo do conhecimento

O desafio de entender a diversidade como direito à diferença em relação aos povos indígenas não é campo apenas dos antropólogos, os juristas também precisam compreender esta necessidade dos povos, sob pena de cair nas reduções epistemológicas da Modernidade: que reduz o direito as normas estatais, a codificação e a burocracia; separa o público e o privado; diminui o conhecimento ao conhecimento científico e a cultura a um paradigma monolítico iluminista do homem branco,

---

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento ver artigo de Jane Beltrão intitulado: Desafios à Antropologia: diálogos interculturais entre os “outros” de ontem, os protagonistas de hoje e os antropólogos “situados”. In Antropologia e ética: desafios para a regulamentação.

<sup>3</sup> Gomez Valencia (2011) aponta três fatores que não passam por um processo de interculturalidade: a) a definição de competências entre uma e outra jurisdição; b) a tutela de direitos individuais e coletivos dos indígenas com fundamento na Constituição nas leis e no direito internacional; c) o controle do Estado sobre as decisões intracomunitárias das autoridades indígenas sobre seus membros que não sejam contrárias a Constituição e as leis do país.

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

heterossexual e conservador; abstrai o mundo jurídico do contexto sociocultural no qual se encontra e condiciona. (SPAREMBERGER; DAMÁZIO; 2015, p.39).

As experiências da antropóloga Rita Laura Segato e do jurista Carlos Frederico Marés com os povos indígenas nos ajuda a compreender a necessidade da construção do direito pautado na diversidade. O jurista relatou sua experiência com o indígena Paiaré liderança do povo Gavião da Montanha resistente à construção da Hidrelétrica de Tucuruí da qual foram fortemente atingidos pelas consequências das barragens e inundações do empreendimento. Disse Paiaré “A lei é uma invenção, se a lei não reconhece os direitos dos índios, os brancos que inventem outra lei”. Este diálogo denota que as leis nos Estados Nacionais Latino-americanos foram feitas por um pequeno centro de poder, sem consulta, pergunta ou acordo com as centenas de povos indígenas do continente latino-americano (MARÉS, 2006).

A antropóloga ao relatar a dificuldade da antropologia de trabalhar com o projeto universalizante de direitos humanos relembra um dos momentos mais interessantes da Oficina de Capacitação e Discussão dos direitos humanos quando a advogada indígena Lúcia Fernanda Belfort – Kaigang, indagou sobre a possibilidade de considerar as práticas consuetudinárias tradicionais de um povo equivalente à lei, em outras palavras, sobre a possibilidade de considerar costume como direito “tradicional”, equivalente ao direito em seu sentido formal e moderno e passível de utilização da comunidade como norma válida e eficaz (SEGATO, 2006, p.02). Na prática, a própria Convenção 169 da OIT, apresenta a dificuldade para o reconhecimento proposto pela advogada indígena Kaigang, decorrente da exigência do tratado de condicionar às práticas consuetudinárias indígenas a observância do que se entende por direitos humanos em sua concepção ocidental, bem como a compatibilização com as leis nacionais. Prevalendo a imposição cultural do não-indígena aos povos indígenas.

No tópico seguinte, entraremos na discussão dos direitos humanos seus fundamentos e pressupostos e as dificuldades de compatibilizar com os direitos indígenas por serem estes orais e consuetudinários com procedimentos tradicionais próprios para a satisfação de um direito de consulta e consentimento dos povos indígenas de cada povo.

## **2. Relação entre os Direitos Humanos e o Direito Indígena: Conformações, tensões e conflitos**

Pretende-se abordar com criticidade certos paradoxos da teoria dos direitos humanos e relacioná-los com os direitos indígenas explicitando conformações/apropriações dos povos indígenas ao discurso e normatividade dos direitos humanos, ao mesmo tempo apontando possíveis tensões e conflitos entre as duas disciplinas jurídicas.

Primeiramente, a ideologia hodierna dos direitos humanos como um conjunto de direito universais do homem, atribuindo uma essência humana com atributos e direitos univocamente universais tendem a conflitar com a especificidade dos direitos dos povos indígenas que variam e são diversos a depender da identidade e da cultura de cada povo indígena.

Importante situar que apesar do *locus* universal dos direitos humanos este possui um lugar de produção específico, que é o ocidente, mas precisamente do “velho continente” a Europa, conforme inferem Romanguera e Teixeira (2015, p. 19) o eurocentrismo conduziu a formação de um senso prático de direitos humanos com um discurso pronto e acabado dos direitos do direito à vida aos direitos econômicos sociais e culturais, com pouca reflexão sobre os fatores reais que impedem a consecução destes direitos na vida social da América Latina, bem como deixando de evidenciar o sujeito concreto dos direitos humanos e suas raízes específicas de um lugar culturalmente distinto, ou seja, há uma quantidade de povos da América Latina excluídos dos direitos humanos em sua vida prática e que os têm violados diariamente. Isto porque as práticas colônias se mantêm com suas violações aos direitos humanos.

A colonização enquanto lógica de dominação, controle e exploração dos povos vulnerabilizados, como retrata a história dos povos indígenas, ainda não foi superada, neste sentido Mignolo (2008, p.293) nos traz a ideia de “colonialidade” que significa o lado obscuro da Modernidade<sup>4</sup> com sua retórica universal como o cristianismo, estado,

---

<sup>4</sup> A Modernidade ocidental é concebida por Santos (2008, p.31) como um paradigma social e cultural que se constitui a partir do século XVI e se consolida entre finais do século XVIII e meados do século XIX, assentada na regulação social que assentada na Europa em três pilares: o Estado entidade central e monopolizadora da produção de normas jurídicas; o mercado e a comunidade. Estes pilares causaram uma enorme violência histórica nas colônias em que viviam diversos povos, causando a (des) regulação colonial, pois o Estado era estrangeiro, o mercado incluía os escravos como mercadoria, e as comunidades foram arrasadas em nome do capitalismo e da missão civilizadora.

Para Dussel (1993, p. 09) a Modernidade tem início um século antes, em 1492, quando da chegada dos Europeus na América, para o autor a modernidade nasceu quando o Europeu pôde encontrar o seu “outro”, controla-lo, vencê-lo e violentá-lo.

democracia, mercado permitiram a lógica da dominação, dispensabilidade de vidas humanas e imposição de saberes dos povos colonizados.

O caráter ambivalente dos direitos humanos que podem ser usados sob um paradigma liberal cuja tradição dos Direitos Humanos não se pode negar, mas também pode ser uma ferramenta jurídico-política na luta contra hegemônica diante de uma pretensão crítica de direitos humanos, ressaltada por Souza Santos e Chauí (2013), para estes autores, as exclusões radicais, separações abissais não terminaram com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas: neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção na relação com terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilo, ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade pelo capital financeiro.

Wallerstein (2007) denominou o a pretensão universal de direitos humanos oriunda da Europa como “Universalismo Europeu” ao criticar as intervenções humanitárias e sob o discurso de levar democracia e direitos humanos a países com pouca força política na economia mundial e na Organização das Nações Unidas, este universalismo significa um conjunto de valores aceitos como universais, mas que são valores de estratos dominantes do sistema mundo específico, constituindo um universalismo europeu conjunto de ponto de vistas éticos que originam-se do contexto Europeu com pretensões de serem valores universais (2007, p.59).

Outra característica dos direitos humanos que decorre do universalismo é a abstração do discurso humanizador, segundo Romanguera e Allain Teixeira (2015, p. 23), “os direitos humanos são definidores da humanidade e nada tem de inerente ao ser humano”. Interessante notar que a abstração é capaz de levar a crença de que os direitos humanos de uma mulher indígena ou negra de um país pobre da periferia do capitalismo têm os mesmos direitos humanos do homem norte-americano branco com elevado poder aquisitivo. Em outras palavras, o direito precisa ser analisado a partir de um lugar concreto cujo reconhecimento do sujeito concreto é imprescindível para a consecução e luta por direitos.

Nesse sentido, Bragato (2014, p. 201) analisa com criticidade o caráter hegemônico eurocêntrico de direitos humanos pautado do ponto de vista histórico-geográfico nos direitos decorrentes das lutas europeias por um parlamentarismo inglês, revolução francesa com seus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade; independência

americana. No que concerne aos aspectos filosóficos e antropológicos partem da ideia de indivíduo autossuficiente e racional. Os direitos humanos reflete Bragato (2013, p.107) parte da noção de essência universal do homem como atributo de cada indivíduo, homem enquanto sujeito racional e antropocêntrico.

Estes ideias refletem as Declarações Modernas de tradição liberal dos direitos humanos que não visam à concessão de uma revolução no sistema de distribuição de bens e renda e a modificação do capitalismo global, não se fala nisso nas normas de direitos humanos, não se cogita uma ruptura com o sistema econômico global dominante, o capitalismo. Acrescenta Bragato (2013, p.107) à reflexão supra, afirmado que há normatividade capaz de garantir o exercício da liberdade para aqueles que pelas suas próprias forças conseguem exercer a livre iniciativa.

Esta tradição normativa dos tratados internacionais de direitos humanos aquiescente com o sistema capitalista global e também forças de modificá-lo tenta conformar os direitos indígenas, em que o sistema de apropriação privada da terra que os direitos humanos abstratos ou pré-moldados permitem pelo direito à liberdade, o qual tende a ser incompatível com os direitos coletivos à propriedade e posse da terra aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Não estou aqui a defender a extinção do direito à propriedade privada da terra, apesar de não concordar com a propriedade ilimitada da terra, mas a advogar que os direitos e o seu exercício precisam estar compatíveis com a realidade do lugar e com a cultura e costume das sociedades envolvidas, em que os direitos humanos coletivos alusivos a um modo de vida coletivo devem se sobrepor ao interesse privado de um indivíduo.

Os direitos indígenas não advêm de uma tradição liberal pautada nos direitos do indivíduo que possui como atributo essencial a racionalidade. É preciso descolonizar os direitos humanos para haver conformação com o direito indígena, pois os direitos humanos e sua humanidade está pautada em ideais universais atrelado às práticas colonizadoras que injustamente foram causa do holocausto indígena na América Latina. (Romaguera e Teixeira, 2015, p.24)

Sobre os direitos indígenas Gomez Valencia (2011) referindo-se a experiência na Colômbia sustenta que os povos indígenas apesar de conhecerem a expressam “direito indígena” pouco a usam, preferindo “direito próprio”, ou seja, direito que lhes pertence oriundo de práticas culturais próprias, diferentes do direito nacional. Os povos

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

Kogi, Ika, Wiwas, Cubeos, Tucano, Tule, bora, sicuani, desano, chamam o direito indígena de “lei de origem” ou “direito maior” para deixar claro que são leis que existiam desde sempre, antes da chegada dos Espanhóis. Outros povos amazônicos chamam de “leis da Mãe terra” para assinalar que são leis da natureza que provém da natureza e não dos seres humanos. Todos estes povos tem uma característica comum que é a forma oral de sua Justiça. (GOMEZ VALENCIA, 2011).

O direito indígena é composto de múltiplas legalidades afirma Sierra (2014) em sua compreensão à ordem jurídica estatal se vê confrontada com outros ordenamentos jurídicos. A visão positivista e monista do direito é fruto do Estado Liberal, não suficiente para pensar o direito na pluralidade, a visão antropológica pode ajudar a dar conta dos sistemas jurídicos diversos e suas relações.

Para Sierra (2014) estudar o direito indígena implica em considerar o contexto colonial e pós-colonial que este tinha moldado. Atualmente, o direito indígena interage com os ordenamentos legais hegemônicos. Os sistemas do direito indígena e do direito estatal se influenciam mutuamente, dentro de uma relação de poder, em que o direito estatal prevalece. A dificuldade em radicalizar a interculturalidade em favor dos povos indígenas encontra barreiras na própria Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)1989, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, ratificada pelo Brasil em junho de 2002, tratado internacional que apesar de denotar sensibilidade ao direito consuetudinário dispõe que as sociedades indígenas em seus direitos próprios não podem contrariar as normas do sistema jurídico nacional e nem com os direitos humanos reconhecidos internacionalmente. (SEGATO, 2006, p. 208).

Desta forma, o direito indígena encontra-se subalterno aos direitos humanos o que ao mesmo tempo gera tensões aos povos indígenas principalmente quando reivindicam direitos coletivos, territoriais e de educação próprios, mas também permitem a apropriação do discurso dos direitos humanos para a reivindicação dos povos indígenas em um sentido político e jurídico.

A Convenção n.º 169 influenciou profundamente o direito dos povos indígenas na América Latina, revela Courtis (2009) em seu entender a Convenção fez com que fossem incorporados novas categorias para o direito constitucional, como: “povo e comunidade indígena”, “auto-identificação”, “territórios tradicionais”, “autonomia”, “consulta”, “uso e costumes”, entre outros. Por outro lado, a Convenção 169 da OIT foi incorporada pelas

próprias comunidades e povos indígenas e por outros setores e passou a ser utilizada tanto em órgãos públicos, quanto diante da sociedade civil organizada que atuam na defesa dos direitos e interesses dessas comunidades.

O primeiro é a reivindicação de titulação coletiva de terras ancestrais dos povos e comunidades indígenas, constitui uma das reivindicações mais importantes, pois revela os traços identitários dos povos e comunidades indígenas, definidor de seu modo de vida e de sua cosmovisão. (COURTIS, 2009). Atualmente o direito de consulta e consentimento tem se revelado um outro direito fundamental reivindicado pelos povos indígenas, consoante veremos ao situarmos o contexto do povo indígena Munduruku e o projeto de construção da Hidrelétrica Tapajós.

### **3. Reflexões sobre o Direito de Consulta e Participação e os Protocolos Comunitários**

O direito à consulta segundo Dourado (2013, p.39) é uma forma de participação, mas não é a única, assim, o direito de consulta não se confunde com o direito de participação e o direito de participação não se restringe à consulta.

Tanto o direito à participação e o direito à consulta estão previstos na Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em que pese os avanços da Convenção n.º 169, em relação à Convenção n.º 107 de caráter integracionista e assimilacionista<sup>5</sup>, as categorias de participação e consulta, já foram apropriadas pelo discurso de dominação do Estado (ALMEIDA, 2004). Não é incomum projetos Governamentais falarem em “participação comunitária”, “participação social”, “participação política” entre outros léxicos utilizados. O fato de haver Audiências Públicas não significa que houve participação, este direito é complexo, necessita de informação adequada às populações locais envolvidas, a realização de uma discussão ampla com especialistas e intelectuais sobre os prós e contras da obra, empreendimento ou tomada de decisão, audiências públicas com assento na mesa de representantes de movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais no mesmo patamar das autoridades governamentais, paciência governamental em ouvir as respostas e ponderações da

---

<sup>5</sup> A Convenção n.º 107 da Organização Internacional do Trabalho concernente à Proteção e Integração das Populações Indígenas e Outras Populações Tribais e Semitribais de Países Independentes, entendia que o caráter das populações indígenas era provisório e transacional para a sociedade convencional.

comunidade e caso envolva povos indígenas e comunidades tradicionais a realização do direito à participação nos moldes culturais e procedimentais dos grupos sociais e principalmente em um regime democrático, saber aceitar a discordância da comunidade ao empreendimento, este direito também envolve o direito ao consentimento e sua negativa, qual seja: o não consentimento com poder de veto.

Nesse sentido, Fajardo (2009) concebe o direito de consulta, participação e consentimento como uma tríade que não podem estar isolados, infere a autora que os direitos de participação, consulta e consentimento fundamentam-se no princípio de que os povos indígenas tem igual dignidade em relação a todos os povos e culturas e tem igual capacidade de controlar suas instituições e determinar livremente suas formas de vida e desenvolvimento. Esta tríade de direitos formam as novas bases para a relação entre o Estado e os povos indígenas de modo a superar o modelo de tutela indígena fruto da teoria colonial da incapacidade indígena.

O direito de consulta deve ser analisado deve ser repensado de forma crítica não basta qualquer tipo de consulta, uma consulta desinformada ou alienada caracteriza a antítese da emancipação social. Neste sentido, reflete Dourado (2013, p. 41):

O significado de *consulta* em jogo não é passivo e, por previsão legal, preconiza a manifestação efetiva. A qualidade dessa manifestação é, portanto, imprescindível, pois pode variar entre o consentimento alienado e uma atuação realmente decisiva no processo de criação de normas e na tomada de decisões em medidas que lhes digam respeito.

Ademais, segundo Almeida (2013, p. 97) o direito de consulta foi apropriado como um discurso de dominação pelo Governo Federal e pelas agências multilaterais internacionais. Para o autor as expressões “participação comunitária”, “comunidade solidária”, “parceria”, “ação solidária”, bem como o termo “pobreza” e “inclusão” fazem parte do léxico governamental e das instituições internacionais multilaterais que visam o “desenvolvimento local” ou “desenvolvimento auto-sustentável”. (ALMEIDA, 2013, p. 97). Estas gramáticas eram próprias dos movimentos sociais e entidades sindicais de trabalhadores, associações da sociedade civil e foram apropriados pelas agências governamentais e internacionais. Esta apropriação do léxico dos movimentos visa instituir instâncias mediadoras com um viés de “participação” para possibilitar uma interlocução com os agentes do poder em um campo construído e determinado pela ação oficial do

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

Estado determinando mecanismos de controle dos povos e comunidades, como a obrigatoriedade de que os grupos se organizem em associações na forma do Código Civil.

Em outras palavras, verifica-se um controle do Estado sobre o direito à participação e consulta aos povos indígenas e comunidades tradicionais, o campo da ação oficial é quem dita o ritmo e as regras do direito à consulta, em que pese os interesses e antagonismos em jogo, os quais envolvem conflitos e tensões.

Por outro lado, o direito de consulta segundo Rábado Dorbecker (2013, p. 365) é utilizado pelos povos indígenas e comunidades tradicionais como formas de resistência e luta pelo território e autonomia indígena, os territórios latino-americanos marcados por conflitos de territorialização/desterritorialização em que os ares expansionistas do capitalismo e do neoextrativismo formam novos campos de resistência dos movimentos indígenas e camponeses, ameaçados pela despossessão de áreas e territórios que o Estado não mantinha presença e hodiernamente manifestam interesse em decorrência de recursos naturais como rios para geração de energia, petróleo, gás natural entre outros.

O direito de consulta e participação deve envolver a observância das normas comunitárias e as regras orais ou escritas ou dos povos indígenas a serem consultados, neste sentido, os Protocolos Comunitários sobre consulta e participação tem sido um importante instrumento de resistência às práticas governamentais monistas, impositivas e autoritárias.

Os Protocolos Comunitários são normas jurídicas específicas dos povos e comunidades tradicionais que devem ser reconhecidos como fonte do direito, por expressarem o pluralismo jurídico que significa a pluralidade de ordenamentos normativos no mesmo espaço territorial, ou seja, é o reconhecimento de amplificação das fontes, da onde o direito é emanado, não se limitando a fonte Estatal, por seu turno a jusdiversidade é o reconhecimento de sistemas jurídicos próprios ou direito próprio e jurisdições indígenas que se interligam no reconhecimento de organizações sociais próprias. (WOLKMER, 2001; SILVA, 2017).

Os Protocolos Comunitários significam o reconhecimento do direito à alteridade jurídica. Do saber que o outro diferenciado existe, pensa, produz socialmente e cria normas jurídicas. É uma saída de luta, de resistência diante da conjuntura de ameaças e violações de direitos étnicos aos povos e comunidades tradicionais.

Neste sentido, assevera Silva (2017, p. 243).

As raras vezes em que o Estado apresenta a intenção de realizar a consulta prévia, as tentativas de diálogo acabam sendo frustradas também pela imposição de um modelo que não condiz com a lógica dos povos, não respeitando a regra básica de ser um procedimento apropriado, ou seja, culturalmente adequado. Processos de consulta prévia viciados pela lógica procedimental burocrática e pelo imediatismo que a velocidade do capital requer, passam como um vendaval na vida dos povos e comunidades tradicionais.

Nesse contexto, o protocolo próprio de consulta e consentimento, também chamado de protocolo comunitário ou mandato de consulta prévia, é um instrumento em que as comunidades expressam sua voz e seu direito próprio, como exercício da jusdiversidade e autodeterminação. Os protocolos próprios contêm as regras mínimas e fundamentais que os povos e comunidades estabelecem e exteriorizam para a sociedade envolvente e para o Estado, apontando como se respeitar o direito próprio, suas jurisdições próprias e formas de organização social em um processo de consulta prévia.

Assim, diante de inúmeras experiências traumáticas do Brasil e da América Latina de violações a direitos fundamentais, em não ter do Estado e do particular respeitados o direito à consulta em empreendimentos diversos, obras de infra-estrutura, hidrelétricas, rodovias, mineração, os povos começaram a realizar reuniões com diversos parceiros e em observância do art. 8 da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho que determina o direito aos próprios povos escolherem suas formas de desenvolvimento, resolveram expressar por escrito um Protocolo Comunitários para informar ao Governo quais os direitos essenciais da comunidade que devem ser respeitados diante do interesse político, público ou governamental de realizar uma obra, uma atividade ou um empreendimento que afeta direta ou indiretamente os povos e comunidades tradicionais.

#### **4. CONCLUSÃO**

Para a consecução do direito à diversidade não tem mais espaço para o isolamento do direito das demais ciências, especialmente a antropologia, pois para esta ciência os sujeitos pesquisados são coautores do conhecimento produzido por esta interação, o direito precisa interseccionar com a antropologia para reconhecer as normas jurídicas produzidas e advindas da cultura de povos indígenas e comunidades tradicionais historicamente diferenciados e com visões de mundo e práticas sociais diferentes da visão de cidadão/consumidor.

A antropologia pode ajudar o direito a deslocar-se da posição confortável de abstração e universalismo para que o mesmo construa o lugar da norma a partir do contexto social e cultural na qual a mesma está inserida.

Na segunda parte, o artigo propôs uma reflexão sobre os direitos humanos e os direitos indígenas, pode-se concluir que os direitos humanos não são uma categoria do direito indígena, pois aqueles foram criados em outro lugar, na Europa, no ocidente, possui pretensão universal, indivisível, e uma abstração incompatível com o direito indígena que é oral, consuetudinário, dinâmico, varia de cada povo indígena, pois não há uma única identidade. Os direitos humanos concebem o ser humano como igual em qualquer parte do planeta, sem analisar e combater as razões e os fatores reais de tanta desigualdade e violações de direitos existentes na gaia. O ser humano não é igual, não possui direitos cumpridos igualmente, não é tratado igualmente, não almejam os mesmos objetivos, enfim não há pretensão universal ou um essencialismo humano.

Um dos fatores que mais tem causado violações aos direitos humanos no mundo como um todo é a expansão do sistema econômico capitalista e do neoliberalismo que, segundo Bourdieu (1998, p. 137) não é uma evolução “natural” da economia, ou uma simples engrenagem de livre mercado, mas consiste em uma política deliberada de destruição de formas de organização antagônicas, de individualizante do humano, desfragmentando o ser humano de suas raízes étnicas, culturais e sociais, debilitando as entidades sindicais dos trabalhadores, criminalizando movimentos sociais pela não aceitação de antagonismos sociais.

Não se cogita fazer um tratado de direitos humanos entre Estados para por fim ao modelo capitalista, neoliberal, porque não há constatação entre os Estados de que o neoliberalismo ofende os direitos humanos, os tratados limitam-se a dizer que os Estados já debilitados pela crise econômica tenham que implementar gradativamente as políticas sociais e econômicas, mas implementar quando? Quando for bom para os negócios do capital?

Para compatibilizar os direitos humanos com o direito indígena é necessário haver uma descolonização dos direitos humanos, que deixariam de ser universais e abstratos e partiriam de um homem ou mulher plural, seus direitos iriam depender de suas necessidades concretas e específicas, poderiam não se chamar de “humanos”, mas

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

simplesmente de direitos da natureza, se entendessem que o ser humano pertence à natureza e dela faz parte, sem a natureza preservada não haverá direitos humanos.

Neste contexto, de acelerado avanço do capital sobre a biodiversidade, a natureza onde vivem os povos indígenas encontra-se seriamente ameaçada e conseqüentemente os povos que nela interagem, este modelo de desenvolvimento de “megaprojetos” iniciaram na ditadura militar e foram mantidos pelos Governos Lula e Dilma a partir de 2002, na forma de explorar a natureza com empreendimentos de energia, gás natural, petróleo, sendo que os maiores usuários não são as populações da Amazônia, mas do contexto do Sul e Sudeste e os maiores prejudicados são as populações da Amazônia, sejam povos indígenas e comunidades tradicionais. É necessário pensar em outras formas de desenvolvimento que prescindam destes megaprojetos.

Diversos povos e comunidades tradicionais tem feito seus Protocolos, citamos o Protocolo Comunitário dos Quilombolas de Abacatal/Aurá no Pará, no município de Ananitéua – PA, cuja cerimônia de publicação ocorreu em 16 de outubro no Ministério Público do Estado do Pará. Temos o Protocolo de Consulta e Consentimento dos Wajãpi, o povo indígena Wajãpi vive no estado do Amapá, entre os municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, numa terra indígena de 607.017 hectares, demarcada e homologada em 1996, com 1.100 pessoas em 81 aldeias (SILVA, 2017, p. 244). Apenas para registro, temos o Protocolo de Consulta Munduruku, o Protocolo dos Beiradeiros de Montanha e Mangabal. Enfim, inúmeros protocolos de consulta que são formas de resistência jurídica e política dos povos e comunidades tradicionais e merecem um estudo específico em artigos futuros.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Distinguir e Mobilizar**: duplo desafio face às políticas governamentais. **Revista Tipiti**, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Distinguir e Mobilizar**: duplo desafio face às políticas governamentais. *In* Consulta e Participação, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Sheilla Borges Dourado; Danilo da Conceição, Serejo Lopes, Eduardo Faria Silva (orgs). Manaus, UEA. Edições, PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

**AMAZÔNIA.** <http://amazonia.org.br/2016/07/indios-travam-guerra-moderna-contra-hidreletricas-no-rio-tapajos/> Acesso em 15.06.2016

BECKER, Betha. **Reflexões sobre Hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 783-790, set.-dez. 2012

BELTRÃO, Jane Felipe. **Direitos Humanos e Povos Indígenas:** um desafio para a Antropologia. In: Weyl A. Costa, Paulo Sérgio. (Org.). Direitos Humanos em Concreto. Curitiba - Paraná: Juruá Editora, 2008, v. , p. 157-174.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Desafios à Antropologia:** diálogos interculturais entre os “outros” de ontem, os protagonistas de hoje e os antropólogos “situados”. In *SARTI, Cynthia, DUARTE, Luis Fernando Dias (Org.)*. Antropologia e ética: desafios para a regulamentação; Brasília-DF: ABA, 2013

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado.** Editora Malheiros. 8ª Edição, 2010.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos:** contribuições da descolonialidade. Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica, Vol. 19 - n. 1 - jan-abr, 2014.

BRAGATO,\_\_\_\_\_. **Uma crítica descolonial ao discurso eurocêntrico dos direitos humanos.** In: LOPES, Ana Maria D'Ávila; MAUÉS, Antonio Moreira (Orgs.). *A eficácia nacional e internacional dos direitos humanos.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COLAÇO, Thais Luzia. **Pluralismo jurídico e o direito indígena na América Latina:** uma proposta de emenda constitucional no Brasil. In *Constitucionalismo, descolonización y pluralismo jurídico en América Latina/ Wolkmer, Antonio Carlos; Lixa, Ivone Fernandes M. / Aguascalientes : CENEJUS /Florianópolis: UFSC-NEPE, 2015*

COURTIS, Christian. **Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina.** *SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos*, n. 10, jun. 2009, p. 53-81. Disponível em: [www.scielo.br/sur](http://www.scielo.br/sur)

DAMS. <http://dams-info.org/pt/dams/view/sao-luiz-do-tapajos/> Acesso em 16.07.2016

DOURADO, Sheilla Borges. **Direito à consulta e a participação.** In *Consulta e Participação*, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Sheilla Borges Dourado; Danilo da Conceição, Serejo Lopes, Eduardo Faria Silva (orgs). Manaus, UEA. Edições, PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade** Conferências de Frankfurt. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GÓMEZ VALENCIA, Herinaldy. **Justicias orales indígenas y sus tensiones con la ley escrita.** In CHENAUT, Victoria; GÓMEZ, Magdalena; ORTIZ, Héctor; SIERRA, María

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

Teresa (Coords.). *Justicia y Diversidad en América Latina. Pueblos indígenas ante la globalización*. México/Ecuador, Ciesas/Flacso, La Casa Chata, 2011, p. 407-426. (BJFB)

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRO.**  
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku/794> Acesso em 15.07.2016.

YRIGOYEN FAJARDO, Raquel. **De la tutela a los derechos de libre determinación del desarrollo, participación, consulta e consentimiento:** fundamentos, balance y retos para su implementación. *Amazônica – Revista de Antropologia*, v. 1, n. 2, set. 2009, p. 368-405. Disponível

LIMA, Roberto Kant. **Antropologia Jurídica.** In SOUZA, Antônio Carlos de (coord. Geral). *Direito e Antropologia: Temas antropológicos para estudos jurídicos*. Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia. laced/Nova Letra, 2012.

MARÉS, Carlos. **Antropologia ou Direito?** Crítica a autosuficiência do direito. *Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia*. ano 7-8, n.º 13-14. UEA – Edições Governo do Estado do Amazonas / Universidade do Estado do Amazonas, 2010.

MARÉS, Carlos Frederico de Souza Filho. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito.** Curitiba: Juruá, 2006.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica:** a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Niterói, n.º 34, p. 287-324, 2008

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. <https://nacoesunidas.org/relatora-especial-da-onu-sobre-povos-indigenas-divulga-comunicado-final-apos-visita-ao-brasil/>

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2.ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

RÁBADO DORBECKER, Miguel. **Formación histórica del Derecho a la consulta previa libre e informada y su horizonte de posibilidades en América Latina.** In *A eficácia nacional e internacional dos direitos humanos*.

ROMANGUERA, Daniel Carneiro Leão; TEIXEIRA,, João Paulo Fernandes de Souza Allain. **Teoria Crítica e descolonialismo: Uma análise da ideologia humanista, Eurocentrismo e Origem Colonial dos Direitos Humanos.** In GOMES, Ana Cecília; STRECK, Lênio Luiz;[et al] (Orgs.) *Descolonialidade e Constitucionalismo na América Latina*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Antropologia e Direitos humanos:** alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *MANA* 12(1): 207-236, 2006

MACIEL, Luciano Moura. Direitos Indígenas E Direitos Humanos: Notas Sobre O Direito A Consulta, Participação E Consentimento Dos Povos Indígenas . In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

SIERRA, María Teresa. **Pluralismo jurídico e interlegalidad**. Debates antropológicos en torno al derecho indígena y las políticas de reconocimiento. In CHENAUT, Victoria; GÓMEZ, Magdalena; ORTIZ, Héctor; SIERRA, María Teresa (Coords.). *Justicia y Diversidad en América Latina. Pueblos indígenas ante la globalización*. México/Ecuador, Ciesas/Flacso, La Casa Chata, 2011, p. 385-406. (BJFB)

SIERRA, María Teresa. Pluralismo jurídico e interlegalidade: debates antropológicos para pensar el Derecho Indígena y las políticas del reconocimiento. In Revista Umbral de Derecho Constitucional N.º 04, número extraordinário. TOMO II, jun-dic, 2014.

SILVA, Liana Amin Lima da. Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina: Re-existir para Co-existir. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Direito da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Direito Socioambiental e Sustentabilidade. Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Pontífice Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; DAMÁZIO, Eloize Peter. Discurso Constitucional Colonial: Um olhar para a decolonialidade e para o “Novo” Constitucionalismo Latino-Americano. In GOMES, Ana Cecília; STRECK, Lênio Luiz;[et al] (Orgs.) *Descolonialidade e Constitucionalismo na América Latina*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu. São Paulo: Boitempo, 2007

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: nuevo marco emancipatorio en América Latina. Revista do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2003.

\_\_\_\_\_. FAGUNDES, Lucas Machado. **Para um novo paradigma de Estado Plurinacional na América Latina**.

\_\_\_\_\_.WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.